



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Fazenda  
Diretoria de Programa 4

Nota Informativa SEI nº 21610/2021/ME

**INTERESSADO(S):** MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

**ASSUNTO:** Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos - Promar

---

**QUESTÃO RELEVANTE:**

- Trata-se do Ofício nº 214/2021/SE-MME (16200945), de 02/06/2021, por meio do qual o MME informa sobre a realização de consulta pública, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, relativa ao Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos - Promar, instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 10/2020, cujos objetivos contemplam a criação de condições para a revitalização dos campos marítimos maduros e de melhores condições para o aproveitamento econômico de acumulações de petróleo e gás natural consideradas como de economicidade marginal. Como resultado dessa política, espera-se o melhor aproveitamento dos recursos petrolíferos nacionais, o aumento no pagamento das participações governamentais, a geração de empregos, rendas e a ampliação da indústria de bens e serviços voltados para a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas marítimas.
- Neste sentido, solicita-se ao Ministério da Economia-ME a análise dos temas afetos à sua competência, constantes na Planilha (Documento 16200947) e referentes às contribuições coletadas durante a consulta pública realizada sobre o Promar.

**ANTECEDENTES:**

- O Ministério de Minas e Energia - MME enviou Ofício nº 214/2021/SE-MME (16200945), de 02/06/2021, sobre o Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos - Promar
- A Secretaria Executiva - SE (Diretoria de Produtividade, Concorrência e Comércio Exterior), por meio do Despacho 16207097, de 08/06/2021, enviou o processo à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT, Secretaria Especial de Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade - SEPEC e Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais - SECINT.
- A Fazenda (Gabinete), no Despacho 16342898, de 09/07/2021, solicitou manifestação da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP.
- A SEPRT pronunciou-se no Despacho 16411208, de 24/06/2021, assinado pelo Secretário

Especial de Previdência e Trabalho. Encaminhou Despachos 1785/2021/SPREV/SEPRT-ME (16378438) e 334/2021/STRAB/SEPRT-ME (16635070). Especificamente quanto à competência da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, explanou a respeito do tema 7 da Planilha (16200947):

*"Inicialmente, cumpre informar que a Inspeção do Trabalho integra o Acordo de Cooperação Técnica Ouro Negro, que foi assinado em dezembro de 2018 por diversas instituições públicas com o objetivo de fomentar o trabalho conjunto de auditoria e fiscalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás nas águas jurisdicionais brasileiras, com vistas a preservar o meio ambiente, a segurança, a saúde e o bem estar dos trabalhadores, no âmbito de atuação das entidades envolvidas, e a buscar a eficiência nas atividades integradas destas entidades, atuando de forma coordenada e com uma visão sistêmica no setor.*

*As operações em conjunto dos Órgãos envolvidos conferem maior segurança jurídica às empresas, na medida em que o entendimento entre todas as instituições integrantes harmonizam sua atuação. E as regras com base nas quais estas instituições atuam já são de amplo conhecimento das empresas e referem-se às suas respectivas obrigações institucionais e competências.*

*Ressalta-se que o Acordo de Cooperação Técnica não interfere ou prejudica as atribuições legais de cada uma das instituições envolvidas. Nesse sentido, especificamente no que diz respeito às atribuições da Inspeção do Trabalho, vale lembrar que o Decreto 4552/2002 dispõe ser competência dos Auditores Fiscais do Trabalho verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à saúde no trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego, bem como expedir notificações, lavrar autos de infração, propor medidas de embargo e interdição, dentre outros.*

*A competência para ministrar orientações e informações técnicas às pessoas sujeitas à Inspeção do Trabalho deve anteder aos critérios da oportunidade e conveniência, considerando os normativos vigentes, e não se sobrepõem ou mesmo substituem as atribuições fiscalizatórias da Inspeção do Trabalho.*

*Registre-se, ainda, que não compete a este Órgão, assim como à Operação Ouro Negro, a definição e propositura de soluções operacionais para as empresas, mas tão somente verificar se as soluções adotadas atendem às disposições legais aplicáveis. Por outro lado, nada impede que as próprias empresas confeccionem materiais orientativos a partir da troca de experiências e boas práticas, entretanto estes materiais não vinculam a atuação das instituições públicas.*

*Quanto ao processo de cessão de ativos, é de fundamental importância que as empresas se atenham à integridade dos ativos maduros que negociarem, em especial às questões relativas à segurança e saúde do trabalhador, de forma a evitar a obrigatória e incisiva atuação da Inspeção do Trabalho, uma vez que a empresa cessionária assume todos os ônus e riscos decorrentes do exercício da atividade econômica, inclusive no que diz respeito a possíveis penalidades por irregularidades encontradas".*

- A SECINT manifestou-se no Ofício 171166 (16845007), de 02/07/2021, assinado pelo Secretário Especial Adjunto de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Encaminhou o o Documento (16756008), o qual consubstancia a manifestação desta Secretaria no que concerne ao tema 23 da Planilha (16200947), Dispensa de Licença de Importação (LI) para bens usados aos operadores de poços maduros/marginais:

*"Bens usados contam com características distintas de bens novos, não cabendo a*

*presunção de que o impacto da importação do primeiro seja idêntico ao do segundo. Há exemplos em que, em defesa de políticas públicas, tem-se a necessidade de imposição de restrições à importação de bens usados, como no caso dos pneus. A importação dessas mercadorias, na condição de usadas, mesmo quando reprocessadas, comprovadamente traria sérios danos ambientais, como demonstrado na ADPF 101, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu pela constitucionalidade das normas que proíbem a importação de pneus usados em razão do art. 225 da Constituição da República, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público o dever de protegê-lo.*

*Assim, pode não ser adequada a liberação indiscriminada, decorrente da dispensa de licença de importação, das compras externas de "bens usados aos operadores de poços maduros/marginais", sem qualquer avaliação das suas consequências, impedindo o exercício, pelo Poder Público, de suas obrigações relativas à implementação de políticas públicas necessárias à garantia de direitos constitucionais.*

*Oportunamente, cabe registrar a proposta, em discussão no âmbito do Ministério da Economia, que trata sobre a permissão para importação de bens remanufaturados. Presentemente, as importações de tais bens recebem o mesmo tratamento das compras externas de itens usados em geral, o que pode limitar oportunidades de investimento e de ganhos de produtividade na indústria e no setor de serviços, bem como o acesso a certos bens por parte dos consumidores. Nesse sentido, a existência de produção e comércio internacional de bens remanufaturados, adicionada à constatação do menor risco ambiental desses produtos em comparação com os usados, poderia justificar a sugestão ora em avaliação.*

*Além disso, no contexto da implementação do Novo Processo de Importação do Portal Único de Comércio Exterior, existe iniciativa que dispensará o requisito de licenciamento de importação de responsabilidade da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) para as operações envolvendo bens usados que ingressem no Brasil em caráter temporário, medida que poderá beneficiar os operadores de poços maduros ou marginais".*

- Sobre esse mesmo tema, a SECINT complementou seu posicionamento no Despacho SECEX-SUFAC-CGFC (16982770):

*"Sobre o tema, importa frisar que a legislação brasileira, consubstanciada, atualmente, na Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011 não autoriza a importação de bens usados. Com efeito, iniciativa com os potenciais impactos relativos a diversas políticas públicas como a que se pretende com a medida sugerida reinvidica análise mais cuidadosa e profunda de seus impactos. Assim não há nos autos demonstração de estudos que tratem dos potenciais riscos da importação de tais bens usados, ainda que os bens tenham aplicação em área específica. Coadunando a necessidade de tratamento criterioso para a importação de bens usados, remore-se, ainda, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 101, do Supremo Tribunal Federal, que considera a constitucionalidade de normas infralegais que vedam a importação de pneus usados, dada a proteção constitucional ao meio ambiente. Assim, mesmo que o Ministério da Economia não conte com competências especificamente sobre o tema, tendo em vista a decisão, não se pode desconsiderar sua atuação no comércio exterior em geral, e, em particular, na vedação a priorística e apenas excepcionalmente justificada da importação de bens usados. Se não, nos mesmos termos do Despacho SECEX-SUEXT-CONAE 16756008, cumpre mencionar o tratamento a ser concedido à importação de bens usados em caráter temporário no âmbito do Novo Processo de Importação, que permitirá a dispensa do licenciamento*

*por parte da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Diante do exposto, esta SUFAC se manifesta contrariamente à dispensa de licença de importação de bens usados aos operadores de poços maduros e marginais sugerida na consulta pública a que se refere o Ofício nº 214/2021/SE-MME (16200945)".*

- A SEPEC emitiu Despacho 17186821, 13/07/2021. Avaliou que as matérias constantes da Planilha (16200947), objeto do requerimento do Ministério do Meio Ambiente - Ofício nº 214/2021/SE-MME (16200945) de 02/06/2021 - , fogem à competência desta Secretaria Especial, nos termos do Despacho SDI-GAB (17026258) e Despacho SEAE-SUREG-CODEC (17185734)
- A SECAP (Gabinete), no Despacho 17117744, de 09/07/2021, encaminhou Despacho SECAP-COGEF (17117017), de 09/07/2021. Considerou que o 7 temas da Planilha (16200947) tratam de fiscalização trabalhista, renúncias e benefícios fiscais, com problemas que são estranhos às competências da SECAP, não havendo manifestações ou providências a serem adotadas.

**CONCLUSÃO:** Tem-se como referência Ofício nº 214/2021/SE-MME (16200945), por meio do qual o MME informa sobre a realização de consulta pública, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, relativa ao Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos - Promar. O documento foi analisado por: SEPRT no Despacho 16411208, SECINT no Ofício 171166 (16845007) e no Despacho SECEX-SUFAC-CGFC (16982770), SEPEC no Despacho 17186821 e SECAP no Despacho 17117744. Assim, sugiro encaminhamento do presente processo à Secretaria Executiva, com posicionamento de que os temas constantes na Planilha (16200947) não se inserem no escopo de competências desta Secretaria Especial de Fazenda, conforme suas atribuições previstas no artigo 35, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 2019.

Documento assinado eletronicamente

THAÍS ROCHA

Analista Técnica

De acordo. Encaminhe-se à consideração do Secretária Especial Adjunta de Fazenda.

Documento assinado eletronicamente

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Diretor de Programa

De acordo. Encaminhe-se o processo ao Secretário Especial de Fazenda.

Documento assinado eletronicamente

GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM

Secretária Especial Adjunta de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Pessanha Negris**, **Diretor(a) de Programa**, em 19/07/2021, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Lopes Rocha, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 19/07/2021, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Gildenora Batista Dantas Milhomem, Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 20/07/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17200316** e o código CRC **28A9C3F7**.

---